

Resenhas

Governo etnomatemático: tecnologias do multiculturalismo

BAMPI, Lisete R. 200 p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

*Dionara Aragon; Giovana da Silva Lenzi; Suelen Assunção**
*Samuel Edmundo López Bello***

Esta resenha tem o objetivo de apresentar a tese de doutorado intitulada “Governo etnomatemático: tecnologias do multiculturalismo”, de Lisete Regina Bampi, a fim de divulgar os aspectos que consideramos relevantes de um trabalho voltado para a área de educação e educação matemática, utilizando-se da perspectiva teórico-analítica de Michel Foucault.

A tese tem o objetivo de demonstrar, a partir da perspectiva foucaultiana de governo, como a etnomatemática, como um dispositivo de governo multicultural, operacionaliza-se por meio do exercício do que a autora denomina de tecnologias do multiculturalismo, (re)atualizando modos de governo multiculturais específicos. Através da metodologia analítica, a autora produziu dois interessantes conjuntos demonstrativos de tecnologias: “Ordenando poder-saber” e “Esculpindo o eu”. No primeiro conjunto, a autora descreve as tecnologias de produção de identidades e as de hierarquização de diferenças, mostrando como elas se constituem em instrumentos de governo; no

* Alunas do curso de mestrado do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

** Professor do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul —UFRGS.

segundo, analisa as tecnologias do “eu reflexivo”, “sentimental”, “cidadão”, “livre”, demonstrando como o dispositivo etnomatemático governa a subjetividade, põe a funcionar essas tecnologias, combinando-as com variadas técnicas, procedimentos e práticas de governo. A tese está subdividida em cinco capítulos: Arte de jogar; Mentalidade que governa; Ordenando poder-saber; Esculpindo o eu e Novas possibilidades de vida? Quem sabe...

No primeiro capítulo, a autora traz a idéia de que o governo é uma arte de jogar, abordando tal idéia sob a perspectiva de Foucault. Na arte de jogar, o governo não submete nada pela força e, sim, especula, cultiva, observa, chega antes e faz fluir as intervenções necessárias para alcançar seus objetivos. Neste capítulo a autora aponta a etnomatemática como uma arte, no sentido de que inventa, identifica e reatualiza a existência de uma multiplicidade de caminhos que possibilitam fins governamentais multiculturais.

Na seção “Mentalidade que governa”, segundo capítulo da tese, a autora abarca uma revisão do tema sobre o qual realizou a pesquisa. A partir das perspectivas do governo, a autora discute teoricamente a concepção de governo — tal como elaborada por Michel Foucault — e os deslocamentos teóricos em suas pesquisas que conduziram a essa noção, apresentando alguns conceitos articulados ao tema do governo e conceitualizando as ferramentas analíticas com as quais operacionalizou sua pesquisa. A autora problematizou o conceito foucaultiano de poder em suas relações com a resistência e a dominação. Ao (re)significar a etnomatemática como um dispositivo de governo multicultural, apontou o objetivo da investigação de voltar-se a uma “analítica” das tecnologias e das práticas de governo, bem como de descrever a operacionalização desse dispositivo através do que a autora denomina de tecnologias do multiculturalismo.

No capítulo “Ordenando poder-saber”, a autora descreve as tecnologias de “produção de identidades” e as de “hierarquização de diferenças”, mostrando como elas se constituem em instrumentos de governo; comportam todo um conjunto de níveis de aplicação e de alvos; hierarquizam modos de existência singulares e os fixam em uma identidade etnomatemática. Nesse conjunto demonstrativo, a autora analisa a etnomatemática, apresentada como discurso multicultural em educação que objetiva a valorização de práticas que possibilitem dar voz aos grupos oprimidos e igualdade de oportunidades àqueles que são culturalmente diferentes. Entretanto, tais ações multiculturais, analisadas a partir da perspectiva foucaultiana, são vistas como formas de orientar práticas não usualmente abertas a questionamentos e, desse modo, são postas a funcionar tecnologias, operacionalizadas por ações multiculturais (respeitar, incluir, igualizar). Esse discurso multicultural é uma técnica central no processo de tradução de um vocabulário político-cultural para a orientação de tecnologias de governo do poder-saber e da subjetividade. Tal discurso possibilita introduzir dualismos, distinções que serão referidas àqueles que devem ser identificados, esclarecidos, igualados, libertados, “empodeirados”, “cidadanizados”, respeitados e incluídos. Pelas diferenças, o dispositivo etnomatemático regula formas de vida, decompondo-as até as singularidades necessárias e úteis. Onde pode haver confusões fugidias ou incertezas, o dispositivo etnomatemático as estabiliza, destruindo possíveis novidades. Pelas diferenças, esse dispositivo fabrica indivíduos com identidades comuns. A autora ainda afirma que talvez o sucesso do exercício dessa tecnologia se deva ao uso de procedimentos técnicos bem simples e acolhedores: respeitar, incluir, igualizar.

No capítulo “Esculpindo o eu”, é analisada a forma como o dispositivo etnomatemático governa a subjetividade, pondo a funcionar as tecnologias de governo do “eu”. A análise quer mostrar que as ações

cidadãs, reflexivas, sentimentais e livres que os indivíduos etnomatematizados são orientados a exercer sobre si mesmos não devem ser entendidas como forma de torná-los sujeitos autônomos, independentes, emancipados, conscientes e agentes, mas, sim, como meios para assegurar uma verdadeira identidade, estável, com contornos fixos, maximizados em estilos de vida, também eles etnomatematizados. Aquele “eu” reflexivo, sentimental, cidadão e livre não é nada mais nada menos do que uma ficção; o efeito de uma subjetivação que se configura em uma identidade previsível.

A autora argumenta que a reflexão é uma tecnologia de governo que orienta os indivíduos a reconhecerem-se como sujeitos de suas próprias ações e das ações dos outros sobre si mesmos. A reflexão é uma tecnologia do eu que possibilita transformar e produzir uma experiência de si mesmo, na medida em que orienta os indivíduos a refletirem, a interrogarem-se, regulando e modificando, não só a si próprios, mas também sua relação com a Matemática. Os indivíduos passam a ser vistos como “eus” que precisam saber matemática para que possam refletir criticamente sobre si e sobre a realidade que os cerca, tornando-se, assim, “eus-empodeirados”. Os sujeitos adquirem confiança na matemática, valorizando-a, pois ela é importante para o sucesso na vida. E, então, por meio de um conjunto de relações multiculturais, o “eu-reflexivo-corajoso-multicultural” produz-se e é, simultaneamente, produzido. Esse eu é o resultado das ações que exerce sobre si mesmo e daquelas que são exercidas sobre as suas.

O governo do eu-sentimental opera combinado com técnicas que moldam os indivíduos de uma forma que os oriente a se reconhecerem e a serem reconhecidos como sujeitos orgulhosos de suas culturas e de pertencer a um grupo cultural específico. Os indivíduos constituem-se como sujeitos culturalmente responsáveis; dotados de poderes, de auto-realização; capazes de sentimentos multiculturais, de superar barreiras

de aprendizagem, alcançando êxito e sucesso na matemática. As ações dos indivíduos são conduzidas de uma forma que venham a se reconhecer como eus etno-identificados, orientados a identificar a sua subjetividade em uma identidade reconhecível, fixada em padrões etnomatemáticos. Trata-se, segundo a autora, de um processo de “maquinação do eu” que precisa ser reconhecido como “um regime recente de subjetivação”.

É objetivo da Etnomatemática produzir um campo estratégico de ações no qual os indivíduos serão instrumentalizados com habilidades matemáticas que os conduzirão a tornarem-se capazes de atitudes etnocidadãs. A autora mostra que é neste campo técnico de governo da cidadania que as aspirações, as decisões e as opções dos indivíduos são instrumentalizadas em prol de uma cidadania total, por meio de técnicas que orientam intervenções nos sonhos e nos desejos dos indivíduos, moldando e normalizando as suas ações de um modo participante, ativo e democrático. A etnomatemática esculpe um cidadão participante e democrático. Esses sujeitos-cidadãos são o objeto e o resultado de uma vontade de *empowerment* através de uma educação plena, para que o sujeito se reconheça e atue como um cidadão pleno, conciliando aspectos individuais e sociais. São produzidos cidadãos-democráticos que se identificam culturalmente. No entanto, para que possam produzir-se como sujeitos que agem por si mesmos de forma democrática e cidadã, eles precisam ser fortalecidos pelo poder matemático que lhes será conferido.

O eu livre é esculpido por um conjunto (re)atualizado de técnicas de governo que orientam os indivíduos a agirem como sujeitos que possuem vínculos, obrigações e responsabilidades com um grupo ou uma comunidade. Em sua comunidade, eles devem tornar-se auto-responsáveis e decididos, sujeitos a um modo de ser e de existir, conformados a partir da produção de laços familiares, de etnia, de

cultura e da produção de ligações entre grupos, associações, localidades, dentre outros. Ao produzir um sujeito livre para escolher, o dispositivo etnomatemático não opera na invenção de novas formas de subjetividade, não configuradas em uma identidade. A eficiência desse dispositivo não está em afirmar uma política da diferença — baseada em uma certa estética da existência ou em uma forma de vida contingente — porém, em (re)atualizar um modo de sujeição atado a uma identidade já sabida e (re)conhecida. Na medida em que se apropria do saber matemático, o indivíduo é orientado a reconhecer-se como um sujeito livre, realizando sua liberdade de escolher, conformada na sua sujeição. Para a autora, o dispositivo etnomatemático pede uma delimitação que permita fixar até que ponto e em que medida é conveniente o seu exercício. Ele requer um sujeito livre para escolher, assim como nos atuais regimes neoliberais de governo. A liberdade subjetivante que atravessa o neoliberalismo, mais do que um mecanismo de domínio econômico, é uma tecnologia eficaz para o funcionamento de um dispositivo multicultural. As tecnologias postas a funcionar pelo dispositivo etnomatemático, mediante o governo da liberdade, também se combinam com uma racionalidade de governo, atravessada por técnicas, orientadas para uma economia de poder, voltada para o lucro em uma escala mundial.

A autora conclui a pesquisa, argumentando sobre a produtividade analítica que a perspectiva foucaultiana oferece para, quem sabe, transgredir fronteiras que conformam os indivíduos em uma identidade (re)conhecida e (re)conhecível, criando experiências curriculares e educacionais renovadas pela possibilidade de uma constante atualização de modos de existência, para além de uma subjetividade etnomatemática.

A leitura da tese convida a uma profunda reflexão sobre as tecnologias de governo de subjetividades. É o “olhar de fora” para a

etnomatemática, à luz da teoria foucaultiana, que aponta para suas possíveis intenções de determinar a conduta dos indivíduos, assujeitando-os em uma identidade previsível.

Diante da particularidade da análise e de sua contribuição para estudos em educação matemática, sugerimos a sua leitura para que pesquisadores, voltados principalmente para a linha teórica da etnomatemática, problematizem-na. A análise incentiva a reflexão em torno do “dispositivo etnomatemático” — se ele efetivamente funciona como uma tecnologia de governo a serviço do multiculturalismo.

ZETETIKÉ – Cempem – FE – Unicamp – v. 16 – n. 30 – jul./dez. – 2008